

A Galiza, fronteira de Portugal com Espanha¹

Alexandre BANHOS

Esta comunicação nom tem por objecto pôr de manifesto os típicos fenómenos de fronteira nos estudos linguísticos, é, as interferências que se produzem entre línguas em contacto. Tampouco como é que a língua galega ou portuguesa —pois com este segundo nome é conhecida internacionalmente quase que exclusivamente—, língua que é a própria e originária da Galiza², sofre o efeito de umha profunda aculturação e troquelação sob a luva de ferro de Castela-Espanha (nom esqueçamos que o estado espanhol é, acima de qualquer outra cousa, o resultado da evolução do reino de Castela e de como este reino e os interesses das classes nele dominantes se foram impondo e condicionando o resto de povos e reinos peninsulares, digerindo as suas respectivas classes dominantes como se passou no caso galego, quer com a integração na castelhana, quer com o seu extermínio e anulação, sempre com a use privativo do aparelho político do seu reino).

Dizer que a Galiza é a fronteira de Portugal com Espanha é dizer que a Galiza, que fai parte da comunidade lusófona, é situada a respeito das

¹ Comunicação apresentada no encontro “ O Português língua da Galiza” celebrado em Lisboa os dias 3, 4 e 5 de Junho de 1994. Publicado na *Revista Agália*, nº 39 (Outono 1994).

² Entenda-se aqui *originário* referido a um território que se alargava desde Estaca de Vares e a Serra do Ranhadoiro cara o sul, até as margens do Douro e ainda por grande parte da Beira da Galiza(os topónimos em Portugal ponhem-se de norte para sul), de maneira que o mosteiro de Lorvão, perto de Coimbra, foi construído e assim figura nas actas fundacionais do ano 914 *in finibus Galllaeciae*

relações entre os dous estados coma um âmbito de fronteira. Entender isto é fulcral para todos os desenhos e prospectivas que se figerem, nom só sobre a Galiza e a sua língua, mas também para a próprio Portugal.

1. A história de Portugal

A Península ibérica poderia durante a Idade Media ter-se fracturado politicamente de múltiplos jeitos, quer seguindo as longas serras que a dividem, quer nos territórios que marcam os rios e as suas bacias. Assim, por exemplo, poderia ter acontecido umha ruptura na direcção Norte-Sul seguindo a linha definida pola Serra da Estrela e Sistema Central espanhol, ou em sentido Leste-Oeste pola linha do Sistema Ibérico. Contudo, o processo a partir do que começa a sua construção política moderna é condicionado polo fenómeno histórico da conquista muçulmana e o processo posterior de reconquista que cria reinos-faixa de Norte para Sul, num continuo alargamento dos seus horizontes, a partir dos reinos do Norte, pequenos, mas perfeitamente delimitados pola geografia.

Castela ocupava a posição central e os efeitos e vantagens desta situação som claros, já que o relacionamento com a periferia vê-se favorecido. As comunicações entre os territórios periféricos passam quase sempre polo Centro, acentuando-se assim ainda mais as suas características periféricas, sobretudo se se tem em conta que na Baixa Idade Media a vida dos reinos peninsulares limita-se a própria Península. O caso catalão, que parecia fugir deste processo devido a sua situação e ao alargamento dos seus domínios pelas terras do Languedoc, abandonou porém bastante cedo este caminho, submergindo-se no mundo peninsular³.

Umha parte da Galiza, a que se seguiu alargando cara o Sul sob o nome de Portugal e levou a nossa língua até o Alentejo e Algarve e polos quatro cantos do mundo, estava no período Baixo-Medieval e Moderno virando-se umhas vezes cara o centro peninsular e outras cara o além-mar, e quase sempre combinando ambos os posicionamentos, quer para cair na órbita de Castela, quer para procurar alianças e equilíbrios que a afastassem dela, mas esse período concluiu com a infeliz noite filipina.

No I de Dezembro de 1640 começa de novo a escrever a história por sim próprio o nobre povo lusitano⁴. A energia e vontade do povo português, e,

³ A privilegiada situação geográfica da Catalunha favorece sem dúvida o presente processo de libertação nacional catalão.

⁴ Achamo-nos nessa altura na Península perante dous processos de libertação periférica, o catalão e o português, enquanto que em Castela se assiste a umha grave crise do estado.

sobretudo, os interesses maioritários ainda diferenciados e vivos da classe dominante⁵ figeram com que a independência mudasse significativamente o sentido da integração no entorno peninsular da nação portuguesa.

Portugal, recuperada a sua soberania⁶, deixa de ser umha comunidade situada na periferia peninsular e, portanto, marginal a respeito do espaço central ou castelhano-espanhol e passa de facto a ser umha «ilha». O estado português como tal deixou de ter fronteira física com o resto da Península e torna-se um todo em si próprio, o centro do seu mundo com a sua própria periferia, as suas colónias, e de aí a importância não apenas económica, mas também psicológica, da sua independência. De outro lado, vai manter relações com as potências dominantes do momento com o fim de conservar o seu estatuto de «ilha peninsular».

Podem descrever-se episódios de Portugal relacionados com a Península Ibérica posteriormente, mas são todos aparentes, pois Portugal ainda quando se relaciona com ela, e ela era sempre Castela-Espanha (não podia ser outra coisa), fazia-o de costas viradas.

A fronteira política, enquanto linha divisória, é sobretudo um filtro, e toda fronteira política é umha fronteira natural, se por natural se entender de não-fácil trespasse (não se esqueça que, são muito mais infranqueáveis as fronteiras políticas que quaisquer barreiras naturais). Mas ainda que a fronteira também é a linha de contacto de dois contínuos geográficos⁷, Portugal virara de tal maneira as costas ao resto da Península que este (Castela-Espanha) na prática não existia. Os portugueses concebiam o seu, como um país central, total e homogêneo, concepção promovida pela existência das suas colónias⁸. Caso de olharem para outros Estados, os portugueses reflectiam-se a si próprios, com apenas umha mudança de escala. Portugal podia relacionar-se com o outro Estado peninsular, mas era desde a sua ilha. Essa posição de Portugal, esse estar o país no mundo, foi um elemento consciente e permanente da política portuguesa praticamente

⁵ Ainda não foi devidamente analisado, o facto de grande parte dos soldados levados a Portugal a combater esta independência serem galegos, pois que muitos desertavam e se passavam ao “inimigo”.

⁶ «Soberania» nessa altura não fazia apenas referência ao povo, senão que ainda denotava as “propriedades do monarca”, já que volta de 1640 era ainda inconcebível na Europa umha independência, umha soberania, sem alguém que a representasse. Não esqueçamos nunca a historicidade das categorias e significados, pois os conceitos mudam com os tempos. Assim indica M. Foucault na sua obra *Histoire de la Fou a la Âge Classique* como o conceito, a primeira vista tão constante, da loucura tem mudado com a evolução da sociedade e da medicina.

⁷ Do leste «nem bom vento, nem bom casamento»

⁸ No contexto de Portugal «ilha-centro», inimaginável sem colónias (o velho discurso salazarista de que Portugal não é pequeno), acha-se no livro do General Espínola Portugal e o Futuro, claramente moldurado num discurso salazarista. Por outra parte, a concepção de centralidade do próprio Estado-Metrópole também está presente nos chineses

durante os últimos trezentos anos.

Porém o 1 de Janeiro do anos 1985, Portugal entra no espaço económico europeu e, quase que de golpe, descobre a «intelligentsia» portuguesa que na Península Ibérica existe um parceiro, muito coladinho e muito perto, e o país deixa de ser umha «ilha». O parceiro, nessa mesma data, entrava também no mesmo espaço económico. Portugal passou a ser assim, e nom apenas geograficamente, um Estado peninsular, enquanto o outro Estado peninsular, Castela-Espanha, que nunca tivo a Portugal como um igual, senom antes bem como um acidente histórico, descobriu subitamente que Portugal existia, achava-se ao seu lado, e podia introduzir nele os seus produtos, as suas finanças, os seus meios de comunicação, as suas imagens e as suas gentes.

Para o velho Portugal «centro-ilha» existiam as suas colónias e as potências dominantes, geralmente a Inglaterra, e muito menos a França, apesar do importante pouso da cultura gaulesa no país. Para esse «país de centro» a Galiza nom existia, era um nome que apenas ecoava acolá longe nos tempos das origens de Portugal, sem conseguir ocultá-lo com todos os mitos e milagres criados para explicar esta; e ainda nom existindo, continuava a se perceber o arrecendo à Galiza na vida popular do Norte do Douro e na Beira.

O que sim existia no velho Portugal eram os galegos, que desde sempre chegavam a ilha e faziam desde os socalcos do Douro até qualquer duro trabalho que no país cumprisse. Faziam parte da paisagem urbana, a começar por Lisboa. Para o velho Portugal os galegos eram umha espécie de etnia de brutos trabalhadores⁹ que falavam português à galega, quer dizer, muito rudemente. E ainda que sempre houve portugueses que souberem da Galiza,¹⁰ para a imensa maioria deles, incluída a “intelligentsia” ela nom deixou de ser um mistério recluso em Espanha. A velha Castela acabara por se apropriar do nome de Espanha, e desde o Portugal homogéneo outra realidade resultava inconcebível.

2. A história da Galiza

No período medieval, após as lutas internas da nobreza, após a ruptura do reino original e o nascimento na parte Sul de um novo reino sob o nome de Portugal, a nobreza da Alta-Galiza olhava para a da Galiza Portucalensis do mesmo jeito como os cristãos velhos, nas vilas que iam sendo arrebatadas ao

⁹ Portugal esta inçado de trabalhos e trabalho de galegos.

¹⁰ Permite-me, como Português do Alern-Minho, que homenagee, citando-o, a um Galego do Aquem-Minho, o Professor Rodrigues Lapa, pois nom seria estranho que seu espirito estivesse a acompanhar-nos, a alumiar-nos, nestas jornadas lisboetas.

controlo muçulmano, olhavam para os cristãos novos.

Para a Galiza do norte, quer dizer, para os seus reis e nobres, que particularizaram e se apropriaram do apelativo «galego», cortado o processo natural de fazerem guerra para o sul e alargar os seus domínios, o sentimento de serem antergos e velhos levou-nos a aspirarem a um papel mais importante no contexto peninsular, o qual foi em principio canalizado através do seu domínio sobre o reino de Leom e logo com as suas aspirações a coroa do reino central, herdeiro da Hispania Visigótica.¹¹

A divisom de Galiza em dous reinos e a perda da corte posteriormente na Alta-Galiza nom tivo efeitos na língua dos Galegos, já que ela era a mesma no Norte e no Sul,¹² mas, em expressom afortunada de Fernão de Oliveira, primeiro gramático da nossa língua, através da corte portuguesa, penetram mais castelhanismos no Sul que no Norte, território conservador.

Nos nossos dias os Galegos celebramos o quinhentos aniversário da nossa dominaçom e exploraçom, iniciadas com a «*doma y castración del reino de Galicia*», em palavras do cronista do reino de Castela, Zurita, sistematizáveis em: Integraçom da nobreza galega na corte de Castela-Espanha, ou o seu extermínio; colocaçom em todos os cargos públicos de pessoas de etnia castelhana;¹³ e o mesmo a respeito da Igreja, centralizadas todas as ordenes em Valhadolid, e com bispos, abades, ordens religiosas, e padres de freguesias ricas procediam de Castela e forneciam a ideologia que amparava a sistema, a que legitimava o que era feito desde o poder (nom e difícil encontrar ainda galegos que testemunham terem confessado o pecado de falar em galego). Assim, praticamente toda autoridade religiosa era estrangeira,¹⁴ (13),

¹¹ Trás as reinados de Fernando II e Afonso IX, o herdeiro da coroa, Segundo a Igreja, que decidia destas questões em tal altura, era D. Fernando, frente as preferências da nobreza galega por D. Branca e D. Dulce, também filhas de Afonso IX. Triunfou Fernando, que passou a história como Fernando III a Santo, e unificou as suas soberanias de Castela e Galiza-Leom. O conceito de Espanha nesse momenta histórico pouco tem a ver com o que hoje nos é familiar.

¹² A língua de Portugal era o galego, e assim se proclamava. Será posteriormente, quando o reino esteja consolidado e a Galiza fique nas “trevas”, que será adoptado coma nome do idioma o do país, Portugal, processo paralelo ao da denominaçom do romance ibérico central, que, consolidado o reino sob o nome de Espanha, passa a ser chamado «espanhol».

¹³ Ha a mito, que segue a gozar de vigência nos nossos dias, de a Galiza nom ter recebido imigraçom alguma, coma aconteceu noutras terras peninsulares, e sim ter produzido muita emigraçom. Mas a cousa nem foi, nem exactamente assim. Sistemáticamente, em todo o ligado ao aparato administrativo dominador, o número dos castelhanos sempre foi muito significativo, e sobretudo nos postos hierarquicamente importantes. Ainda hoje em dia, e apesar da falta de dados fiáveis ao respeito, da pesquisa feita por mim, depreende-se que nos níveis elevados da Administraçom par cima de 20, 41% dos funcionários nom som galegos e, pior ainda, som espanhóis militantes, nom decrescendo esta proporçom nos órgãos autonômicos. Se a isto se adicionar os elementos industriais e financeiros importados, a chefia de empresas, militares, etc., obterá-se o panorama típico da imigraçom a um território colonial, com imigrantes que desfrutam umha posiçom prevalente e dominante sobre a populaçom local.

¹⁴ Um caso semelhante aconteceu no Rossilhom catalám, que ao passar a soberania francesa polo Tratado

de etnia castelhana, e qualquer documento (tabelião), para ser válido, devia ter por autor um escrivão da Escola de Toledo.

O governo funcionava administrando a soberania do monarca, e em castelhano. O esmagamento do português na Galiza não é comparável ao verificado no Sul durante o curto período filipino e, contudo, nessa etapa foi exercida repressão contra a cultura nacional em Portugal, pois praticamente só há literatura religiosa, já que nem os padres, nem a hierarquia eclesiástica fora substituída.

Na Galiza começa então o processo que se deu em chamar dos Séculos Escuros, em que o português na Galiza passa a ser uma língua ágrafa, enquanto segue a ser falada por quase toda a população, com a exceção dos servidores da estrutura dominante (quase que todos castelhanos). O português era a língua inútil para o Estado, quer dizer, numa língua vivia-se, e a outra era a oficial, a da escrita, ainda que nessa altura a importância da escrita na vida quotidiana da imensa maioria das pessoas era muito pouca coisa.

Portugal para a Galiza não existe, e o mesmo acontecia em sentido inverso. Portugal praticamente só existiu durante o período da sua luta por independizar-se do jugo de Castela-Espanha.

No início do século XIX, com a Guerra Peninsular, produz-se a quebra do poder central castelhano-espanhol e os Galegos têm que agir por eles próprios. Isto fazem-no com indubitável êxito, como se pode perceber se se reparar nos insultos e anátemas que nas Cortes espanholas de Cadiz lhes são dedicados.

No século XVIII puseram os cimentos para um crescimento económico auto-centrado que poderia ter convertido a Galiza num próspero e industrioso país, mas este processo interrompe-se no século XIX e o que era o embrião de uma burguesia própria esvaece-se. Medida após medida do governo central castelhano-espanhol, a Galiza vai esmorecendo economicamente, pois que ela resulta desnecessária no desenvolvimento do Estado e só será reservada como mercado dos produtos não galegos. No século XIX a emigração dos Galegos converteu-se numa grande vaga. Mas, por outra parte, é a época de chegada de novos imigrantes: tendeiros, comerciantes, mestres, industriais, transportadores, técnicos dos caminhos de ferro..., além da estrutura do

dos Pirinéus, vê substituída a sua hierarquia católica autóctone, inclusive padres, por clérigos franceses. A situação de domínio por parte de elementos forâneos continua nos nossos dias, tanto no clero do Rossilhão, como no da Galiza.

Estado que se alarga. Praticamente todos os funcionários eram de etnia nom galega.

O século XIX foi um período de advento para muitas novidades e descobrimentos, que, olhados desde a vertigem da mudança que se verifica nesta altura do s. XX em que nos achamos, nom se percebe em toda a sua dimensom. Cada novidade, cada objecto que chega, chega com as suas palavras, e cada avanço importa o seu vocabulário. Todo alcança à Galiza cozido e recozido nos fornos de Castela-Espanha e um galego ilustrado é-o em e por virtude da língua castelhana, pois outra situação era inconcebível.

Com os acrescimentos da estrutura de dominação, com o progresso educativo, de assimilação, e com o crescimento do número de pessoas que fornecem as concepções dominantes (burguesia foránea), começa a existir um certo grau (e mais do que isso) de vida urbana que vai viver de maneira plena em castelhana. E um lugar-comum o facto de a cidade desempenhar sempre a função de centralidade no seu território, e trasladar as pautas de vida e os comportamentos dominantes ao seu entorno. E isso começam a fazer as cidades na Galiza, ao identificar progresso com espanholizar.

Na Galiza inicia-se assim um processo em que a língua do país começa a ser percebida de forma crescente por grande número dos seus falantes como a língua de um modo de vida, o tradicional campesino, que é um modo, que nom abrange se os camponeses *sensu stricto*, mas também a todo o mundo tradicional a eles ligado, e a todas as classes sociais que se desenvolvem nesse mundo. Na medida em que essa forma de vida entra em crise, entra em crise a língua em que se exprime.¹⁵ O Estado proporcionava a todos o conhecimento (e ainda mais do que isso) da língua dos dominadores e o galego, língua campesina e pescadora, fica sem capacidade e sem vocabulário, especialmente nos campos da cultura e técnica, perdendo precisom e tornando até insegura a expressom dos seus falantes.

Trás a Revolução Francesa, e apesar dos vãos intentos de alterar o caminho da história, os povos entram nela, e um novo conceito de soberania aparece ligado ao povo. O Antigo Regime está ferido de morte.¹⁶ O Povo Galego, quer dizer, os elementos mais conscientes desse povo, olham-se e percebem-se diferentes de como lhes ensinaram que eram. Em toda a Europa, com o Romantismo, dá-se umha explosom do nacionalismo e os povos e as nações já

¹⁵ Alias, é este um factor freqüente. O facto de umha cultura estar unida a um modo de vida fai com que a mudança nesse modo de vida acarrete a mudança da cultura. Na Europa ha muitos exemplos em tal sentido, mas um destaca-se como paradigmático, o caso do lapom.

¹⁶ Em 1833 o ministro isabelino Javier de Burgos, por meio de um decreto, suprime o Reino da Galiza. Ele é quem estrutura o Estado em províncias, a estrutura territorial do aparato do estado.

nom querem falar por quem quer que for o seu soberano, querem ter voz de seu. Na Galiza aparece umha geraçom, desligada do trabalho da lavoura, ilustrada, que é consciente de os galegos serem diferentes dos castelhanos em direitos, entre outras muitas cousas. Para esta nova geraçom o galego nom pode ser se umha fala, tem que adquirir expressom escrita, tornar-se língua de cultura.

Som os que nessa altura, com o seu fazer, póm as primeiras pedras da construçom do edifício do nacionalismo moderno, da autoconsciência, do processo autodeterminaçom. Figérom o esforço de converter o sermo rusticus que se falava na Galiza em língua escrita e de cultura. Adoptaram o modelo de aquilo que conheciam, e nom podia ser de outro modo, de aquilo que era negado quando se afirmavam: a ortografia do castelhano. Aqueles re-iniciadores eram completamente desconhecedores do seu passado, e a memória da velha Galiza estava coberta de pó e dos esforços eficazes de assimilaçom do povo polos castelhanos.

Pode dizer-se que até a Ultima década do século XIX nom se inicia na Galiza o autodescobrimento, e com ele o de Portugal, pois, em palavras de Alexandre Herculano, «Portugal é a mais grande criaçom do génio galego».

Já a começos deste século, para as Irmandades da Fala (grupo nacionalista consciente e organizado), Portugal é o elemento fundamental do seu pensamento. No Partido Galeguista (expressom do nacionalismo no período da Republica) Portugal é fulcral. Afonso Daniel Rodrigues Castelão, vulto eminente do partido, e a sua figura carismática, chega a exprimir o desejo de ver galego e português confundidos.

Em Portugal, embora durante este período se achem defensores do mundo lusíada e, portanto, da galegidade (entre eles, de destaque, o Prof. Rodrigues Lapa), domina abraiantemente o pensamento oficial, o pensamento do país-centro-ilha, doutrina do *status quo peninsular*. No Salazarismo o galeguismo dos Portugueses é considerado perigoso, pois com ele Portugal deixa de ser um centro e pom-se em causa o que era concebido como equilíbrio peninsular. Assim, perante a situaçom verificada na Galiza, de os espanhóis quererem extirpar a língua portuguesa e os portugueses da Espanha, o Portugal-ilha cala, quando nom abençoa.

O fim da Ditadura Franquista trouxe a necessidade de solucionar o problema da nom sucedida integraçom das nações dominadas por Castela-Espanha, dado que o problema nacional estava na origem de praticamente todas as crises havidas em Espanha, com destaque da guerra de 1936-39 e da Ditadura

Franquista. Após a falsa queda da Ditadura, com o passamento do ditador, havia umha percepção comum no Estado visando assegurar o convívio dos diferentes povos sob dominação dos Castelhanos-Espanhóis. A solução dada plasmou-se num texto constitucional onde se reconheciam autonomias, sendo estas um pouco mais amplas nas denominadas nacionalidades históricas. A autonomia nom era só administrativa, mas também política, ainda que, se os partidos políticos governantes nom tiverem vontade nem interesse no seu desenvolvimento, ela seria vácuca.

O novo sistema político afectou a Galiza¹⁷ em diversos aspectos, mas antes de mais convém assinalar que já o artigo 3 da Constituição Espanhola fixa o dever-obriga, do conhecimento e domínio por todos os súbditos da Monarquia da língua castelhana. Isto leva a políticas linguísticas em que de facto, trata-se os falantes de galego-português como um subconjunto dos falantes de castelhano.

Mas a autonomia supujo também, pola primeira vez desde o período medieval, a presença na estrutura galega da administração da língua própria e um direito a usa-la e ser atendido para quase todos os efeitos; porém, este direito nom parece ter as contrapartidas de deveres que cumpririam para se tornar real (nomeadamente nas esferas da administração, justiça, sanidade, etc.).

A respeito da língua ha que assinalar o facto de toda a ciência linguística, a romanística, e a Escola Menendez-Pidalina, de grande tradição peninsular, afirmar que galego e português pertencem a mesma língua, som dous co-dialectos no seio do diassistema do íbero-românico ocidental. Este facto nom era questionado por ninguém, ainda que a nível puramente pratico essa afirmação da ciência pouca transcendência tinha na vida diária do povo.¹⁸ No fim da ditadura podia vislumbrar-se à volta do primeiro recanto cara onde ia o futuro, e é nesse contexto que aparecem pretensos linguistas, agrupados no Instituto da Língua Galega (I.L.G.) da Universidade de Santiago de Compostela, a afirmarem que o galego e português som línguas radicalmente diferentes, ainda que irmãs, com o seguinte corolário: a) o português é umha língua estrangeira e o galego é umha língua espanhola;¹⁹ o galego é a nossa

¹⁷ A autonomia nom compreende toda a Galiza, senom apenas quatro províncias espanholas da Reforma de 1833 levada a cabo por Javier de Burgos, que em nenhum caso pretendeu definir o território da Galiza. A situação dos Galegos fora do território autónomo a de negação de qualquer direito.

¹⁸ A isto nom alheio o comportamento, de certo nacionalismo cultural, que encetou um caminho divergente do que se albiscava nos anos trinta, num processo de adaptação à própria ditadura. Na Catalunha também se da umha situação similar, pois até que a década dos sessenta estivo muito avançada, nom se autorizaram livros editados nas normas unificadas de *Castelló*, e em cada região dos países catalães imperava o seu dialecto. Desde antigo triunfa a máxima de “divide et impera”.

¹⁹ Há mesmo quem afirma sem rubor, que o galego hoje, fai parte dos dialectos do romance peninsular central.

língua de relação local (familiar), e o castelhano é a nossa língua de relação com o mundo; c) o mais prático é um sistema ortográfico que se assemelhe ao do castelhano quanto possível, de maneira a não originar problemas às crianças no seu aprendizado (do espanhol?); d) na Galiza convivem duas línguas em «harmonia» (caso exemplar de estatalização linguística).

Na década de 80 o regime pre-autonómico encontra-se com a necessidade de ditar uma norma de escrita para a estrutura da administração. Ainda que timidamente, a dita norma abre o caminho a certo grau de reintegração no mundo próprio do galego, no da sua história. Mas logo a seguir as forças de ocupação, os *cipaios*, o espanholismo mais furibundamente, militante e, portanto, exterminador de todo o galego, reagem, movem-se, e no ano 1982 ditam nova norma com a filosofia «científica» que se acaba de expor acima.

Para a estrutura de ocupação e autónoma os sujeitos podem falar e escrever o galego como quiserem, pois tudo é válido e a língua fica em estado de desleixo, *acastropada*, quer dizer, inchada de castelhanismos. Mas se na escrita aparecerem determinados rasgos que se julgam como meditados *lusismos* (por exemplo, palavras como «Galiza», «leitura» ou «população, em vez das castelhanizantes «Galicia», «lectura» e «poboación»), ao autor será-lhe posto o estigma de «malvado lusista»; e ainda, se este uso «perigoso» do galego for feito nos meios de comunicação públicos, será considerado delito, e o *lusismo* para o espanholismo é delito de lesa-pátria. Logicamente, as autoridades da Galiza na sua relação com as portuguesas e com Portugal empregaram a língua espanhola e, como muito, faram um uso *acastropado* do galego para pôr pavor nos lusitanos.

Todos estes nocivos efeitos estão infelizmente ligados à inserção da Galiza na Europa como periferia da periferia, e com uma divisão europeia do trabalho que para Galiza significa não apenas o desmantelamento da sua indústria mas também a destruição e esfrelamento dessa sociedade tradicional, ainda relativamente importante e compacta, que é o elemento em que se reproduz e vive socialmente a língua galega.

3- Projectos de futuro para os dois povos

O processo de integração europeia supõe uma mudança importantíssima da visão do nosso entorno e requer umas políticas e uns projectos de futuro para os nossos povos que não só lhes permitiram sobreviver, mas também olhar com esperança para o porvir.

A partir da Revolução dos Cravos, Portugal inicia um novo caminho no seu

percurso histórico, que o vai levar, a par de Espanha, a umha aliança de Estados europeus, a Comunidade Económica Europeia. As relações peninsulares, por mais que quixeram os castelhanos-espanhóis, já nom podem ser contempladas da óptica de umha península encerrada em si própria, com dous parceiros dissimilares: um que despreza o outro, e o outro que age sempre na consciência de ser mais pequeno, sempre a aguardar que um *coup de force* venha dar cabo dele (como magistralmente expressa o Eça de Queirós na *Catástrofe*). E é precisamente essa visom a que sim pode pôr em perigo a sobrevivência de Portugal.

Portugal e a Espanha já nom se podem olhar da velha óptica peninsular, pois devem ser contemplados a escala europeia. Os dous Estados som periféricos a respeito da União Europeia e a relação ibérica será estável enquanto Portugal a desenvolver no contexto europeu. Eis o quadro em que Portugal, como antigo e homogéneo Estado, deve advogar pola corrente profunda que regenera a Europa, polo movimento da Europa dos Povos, das verdadeiras Nações, e nom a dos velhos Estados antidemocráticos. Só assim será que Portugal garantirá o seu futuro.

Portugal é, para o Estado Castelhana-Espanhol, um acidente histórico,²⁰ umha espécie de existência que resulta incompreensível. Com a União Europeia abre-se aparentemente um processo que, pola desigualdade das economias e os seus tamanhos, poderia ser a médio ou longo prazo fatal para Portugal. Mas nesse contexto Portugal já nom tem por que ter medo, e pode deixar de tratar Espanha como una, e passar a vê-la como o que é, um Estado plurinacional, pouco ajeitado de cara ao futuro, e em que os interesses do povo central, o castelhana-espanhol, nom coincidem com os dos outros povos. Num quadro europeu de periferias os protestos de Madrid nom tem grande força e ha que entender que a médio prazo o Estado Espanhol nom tem razom de ser no seio da Europa.

Portugal deve tratar as relações peninsulares nom como as que se dam entre dous Estados, senom como as relações entre quatro povos, os dos Países catalães (11 milhões de habitantes), País Basco (2,5 milhões), Países Castelhanos (20 milhões) e Galego-Portugueses (14 milhões).²¹

²⁰ EditorIALIZAVA a imprensa de Madrid sobre a incorporação dos dous países ibéricos na CEE, que Espanha por fim ia poder entrar em Portugal, e essa era apresentada como a melhor vantagem da CEE. Nestes dias, e perante as câmaras da televisão, diziam os gestores do Banco Banesto, com propriedade no Totta Açores, que o seu processo de saneamento nom incluiria vender a filial portuguesa, ainda que do ponto de vista económico, isto fosse lógico, já que os investimentos em Portugal nom som de conjuntura e sim estratégicos.

²¹ Umha pessoa que entenda isto assim é que é um verdadeiro iberista, frente a essa variedade do cretinismo que se andava a ver em Portugal estes anos passados, com os chamados “iberistas”. Quando esses iberistas iam a Madrid sempre eram, e serão, bem recebidos, pois som portugueses que gostam de

A Galiza é território de fronteira e isso quer dizer que é um território onde esta a travar dura luta o Povo Castelhana e a sua cultura contra o Povo Galego-Português e a sua. Se a Galiza conseguir assegurar o seu porvir, controlar o seu destino, e ser ela própria, assim também será reforçada a soberania e o futuro do Povo Português. E claro que as relações entre a Galiza e Portugal vam ser de maneira fundamental com o Norte de Portugal, quer dizer, entre a Alta e a Baixa Galiza históricas. Este relacionamento deve ser consciente do role de integraçom que tem de jogar, na defesa do mundo cultural e da maneira própria de estar o povo no mundo.²² O apoio de Portugal é fulcral para os Galegos poderem mudar o seu destino e despejar as ameaças que pairam sobre eles. Fazer-se Galiza reja fortalece Portugal e enfraquece Castela-Espanha. Portugueses e Galegos devem agir conscientes de que para o espanholismo (encarnado paradigmaticamente no Presidente Fraga Iribarne) a Galiza é pensada como ponta de lança que fará de Portugal umha outra Galiza, quer dizer um território dominado.

Para que a Galiza-fronteira nom seja definitivamente conquistada por armas alheias, cumpre que Portugal se galeguize, isto é, que seja consciente de que ele nom é, nem foi nunca, concebível sem a existência da Galiza, sem umha Galiza galega, quer dizer, portuguesa. Outra cousa suporia o reforçamento de Castela-Espanha, e nom caberia nesse contexto optimismo algum a respeito do futuro do Povo Lusitano. A perda dessa fronteira enfraqueceria muito perigosamente o nosso ser.



se exprimir em castelhano. Ora bem, encontrar um iberista madrilenho que fale português é cousa bem difícil! Pois será pecado...

²² Por agora algumas empresas portuguesas e actividades das mesmas na Galiza nom só concebem à Galiza como Espanha, como também som activos agentes de espanholizaçom na Galiza e agem com desrespeito para a comum cultura galego-portuguesa